Após mais uma alta, Selic encerrará o ano em 9,25%

Conforme previsto pela maioria dos analistas de mercado, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, aumentou a taxa Selic pela sétima vez consecutiva em 2021. Assim, a referida taxa passou de 7,75% para 9,25% ao ano. Foi o segundo aumento sucessivo de 1,5 ponto percentual. Com isso, neste ano, a Selic acumulou alta de 7,25 pontos percentuais e voltou ao patamar de julho de 2017.

Fonte: Banco Central do Brasil.

A justificativa para o forte aumento dos juros tem sido a preocupação com a inflação. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,) e que é o indicador oficial da inflação no País, aumentou nos primeiros dez meses de 2021, 8,24%. Conforme a pesquisa Focus, divulgada semanalmente pelo Banco Central, o IPCA encerrará o ano em 10,18%. Caso confirmado, esse será o maior aumento observado desde 2015. Vale lembrar que o teto da meta inflacionária em 2021 é de 5,25%. As elevações dos preços dos combustíveis, da energia elétrica e da alimentação são fatores que têm contribuído especialmente para o incremento da inflação nacional.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) Evolução da variação % acumulada em 12 meses

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Também é preciso ressaltar que o aumento nos preços tem apresentado força em vários países, como nos Estados Unidos que passaram de uma inflação de 1,2% nos 12 meses encerrados em outubro/20 para 6,2% em 12 meses finalizados em outubro/21. Na Espanha a inflação saiu de uma queda de 0,8% em outubro/20 (12 meses) para uma alta de 5,4% em outubro/21 (12 meses).

Consumer Price Indices (CPIs) Var.(%) acumulada em 12 meses - Outubro/20 e Outubro/21

Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Outro fator importante a ser analisado no cenário da política monetária contracionista, é que a economia brasileira já apresenta perda de fôlego. Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) relativos ao 3º trimestre de 2021, divulgados pelo IBGE, revelam que a economia nacional entrou em recessão técnica. Isso porque, pelo segundo trimestre consecutivo, ele demonstrou resultados negativos. No 3º trimestre/21, em relação ao trimestre imediatamente anterior, a queda foi de 0,1%. Já no 2º trimestre/21, em relação aos três primeiros meses do ano, o recuo foi de 0,4%.

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - 3º Trimestre de 2021, IBGE

Outro dado que demonstra o menor impulso da economia é produção da indústria que, em outubro/21, caiu pelo quinto mês consecutivo. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo IBGE, de junho a outubro a queda registrada foi de 3,7%. O aumento nos custos, em função da desarticulação das cadeias produtivas, a falta de insumos, a crise hídrica, e o mercado de trabalho ainda fragilizado são alguns fatores que ajudam a entender os resultados dos últimos meses. Considerando os primeiros dez meses do ano, somente janeiro (+0,2%) e maio (+1,2%) apresentaram resultados positivos na produção da indústria nacional. Os outros oito meses demonstraram números negativos. A comparação de outubro/21, em relação a igual mês do ano anterior, demonstrou que o segmento industrial retraiu 7,8%.

Fonte: IBGE.
Obs.: Com ajuste sazonal.

Para 2022, aumenta a preocupação do retorno da Selic à casa de dois dígitos. A pesquisa Focus sinaliza que o ciclo de alta levará a Selic a 11,25%. É preciso considerar que parte importante do aumento dos preços em 2021 está relacionada aos aumentos da energia elétrica, dos combustíveis e também das commodities e as expectativas sinalizam que esses problemas não serão repetidos em 2022.

O efeito contracionista do aumento dos juros é danoso para a economia. Eles provocam reflexos na atividade econômica com defasagens, que podem acontecer de seis até nove meses. Juros altos desestimulam os investimentos produtivos e, conseqüentemente proporcionam uma menor geração e emprego e renda. Também inibem o consumo da população. Assim, a atividade econômica fica mais enfraquecida.

Diante desse cenário de juros elevados, para 2022 também preocupa os ruídos com a política fiscal, o mercado de trabalho ainda fragilizado, com mais de 13 milhões de pessoas desempregadas e as incertezas próprias de períodos eleitorais. No ambiente externo, a redução do programa de estímulos da economia americana poderá trazer consequência para países como o Brasil. O processo de retirada de liquidez do mercado americano deverá provocar aumento nos juros, o que atrai os investidores internacionais. A possibilidade de saída de capital do País, uma maior valorização do dólar e a perda de fôlego prevista para a economia chinesa, são alguns fatores que também geram apreensão.

Diante desses fatores, as projeções para a economia nacional no próximo ano seguem perdendo intensidade. A pesquisa Focus estima crescimento de modestos 0,51%, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê expansão de 1,5% e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) 1,4%. Esses resultados sinalizam que o desempenho nacional em 2022 deverá ser bem inferior a média da economia mundial, com projeção de alta de 4,9%. Neste sentido, o País precisa avançar nas suas reformas. Além disso, setores como a Construção Civil precisam, necessariamente, ser prioridades na agenda de desenvolvimento sustentado nacional.